

O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar¹

The Role of Public Policies in family Farming Sustainable Development

Aline Tainá Peixoto²

Rafael Lucas Alves Ferreira³

GT (8): Políticas públicas, agricultura familiar, agroecologia e produção sustentável.

Resumo: As políticas públicas são cruciais para impulsionar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, permitindo que os agricultores acessem tecnologias e práticas agroecológicas para uma produção mais sustentável promovendo a diversificação da produção e fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional. A familiar desempenha um papel importante nesse cenário, sendo responsável por grande parte da produção alimentar do país. Investir em políticas públicas que incentivem essa, a agroecologia e a produção sustentável é imprescindível para um futuro mais justo e equilibrado. No entanto, é essencial superar desafios, por meio do investimento em pesquisas, capacitação e infraestrutura para os agricultores. A sociedade também desempenha um papel essencial ao e consumir produtos da agricultura familiar e sustentável, contribuindo para um mundo mais justo e equilibrado, a vida no campo e a diversidade cultural e alimentar do país. A pesquisa tem como objetivo discutir o papel das políticas públicas no fomento da agricultura familiar, por meio de programas e ações que visam apoiar e fortalecer a produção agropecuária.

Palavras-chave: agroecologia. Agricultura. sustentabilidade.

Abstract: Public policies play a crucial role in driving the sustainable development of family farming, enabling farmers to access technologies and agroecological practices for a more sustainable production, promoting production diversification, and strengthening food security. Family farming holds a significant position in this context, being responsible for a considerable portion of the country's food production. Investing in public policies that encourage this type of agriculture, agroecology, and sustainable production is essential for a fairer and more balanced future. Nevertheless, overcoming challenges such as investing in research, training,

¹ Trabalho aprovado por pares e apresentado no **V Workshop da Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Climática - RIPERC**, Modalidade Oral, realizado nos dias 10 a 13 de dezembro de 2023. Unioeste, Marechal Cândido Rondon, Paraná.

² Centro universitário UNIVEL, bacharela em administração, alinetainap26@gmail.com

³ Unioeste, doutorando em desenvolvimento rural sustentável, rafaeldrsa@gmail.com

and infrastructure for farmers is imperative. Society also plays a crucial role by valuing and consuming products from family and sustainable agriculture, contributing to a fairer and more balanced world, appreciating rural life and the cultural and food diversity of the country.

Keywords: agroecology. Agriculture. sustainability.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção e asseguramento do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, constituindo uma área de estudo na esfera política que focaliza a atuação governamental e sua abordagem em relação a questões de alta relevância para a sociedade (Saraiva; Borges, 2021). Com o apoio governamental, os agricultores familiares podem ter acesso a tecnologias e práticas agroecológicas, que permitem uma produção mais sustentável e em harmonia com o meio ambiente.

Conforme Buainain (2006) as políticas públicas negligenciavam os agricultores familiares brasileiros, sendo que, só no ano de 1996 estes foram reconhecidos como atores políticos e beneficiários de políticas públicas relevantes. Com o lançamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tal realidade começou a mudar, a partir de 2004 o programa foi ampliado e retomou políticas de reforma agrária.

A agricultura familiar é um ator social fundamental na promoção da sustentabilidade. Além de sua contribuição para a produção de alimentos, é uma estrutura social e econômica significativa e sua relação com a natureza é um fator crucial (Albani et al. 2022). A produção sustentável é importante não apenas para garantir a preservação do meio ambiente, mas também para manter a qualidade dos alimentos que chegam à mesa das pessoas. Albani et al (2022) ainda cita que dado o seu contexto atual, a agricultura familiar é um ambiente propício para debater a sustentabilidade, pois é um lugar habitado por seres humanos datados e situados que resistem à dominação e lutam por seus direitos.

Partindo desse contexto, pesquisa tem como objetivo discutir o papel das políticas públicas no fomento da agricultura familiar, por meio de programas e ações que visam apoiar e fortalecer a produção agropecuária.

Este artigo adotou uma abordagem metodológica fundamentada em uma extensa revisão bibliográfica, combinada com a análise crítica de uma ampla gama de fontes acadêmicas pertinentes ao tema discutido.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Responsável por parte da produção de alimentos no Brasil, Neto et al (2017) ressalta que a agricultura familiar necessita de apoio e incentivo para expandir, assim, os agricultores familiares precisam acessar com facilidade o crédito rural, receber assistência técnica efetiva e, acima de tudo, ter acesso a tecnologias que permitam aumentar sua produção de maneira sustentável e competitiva.

Nesse contexto alguns programas criados pelo governo se destacam, como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP), criado nos anos de redemocratização do país, visava fornecer medidas de "alívio à pobreza" para pequenos agricultores sem reconhecer sua importância econômica. Enquanto isso, o PRONAF, criado nos anos 90, apresenta um referencial de política produtivista que reconhece a importância econômica e social da agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado no contexto dos debates sobre fome e Segurança Alimentar e Nutricional, apresenta um referencial com foco no acesso e o consumo de alimentos nutritivos em quantidade suficiente para garantir uma vida saudável, (Grisa, 2012).

Outra medida importante é a disponibilização de crédito e financiamento para a aquisição de insumos e equipamentos, bem como para a comercialização dos produtos. Linhas de crédito rurais oferecem juros relativamente menores em comparação com outras políticas de crédito para setores econômicos. A política de equalização das taxas de juros (ETJ) é responsável por esses juros diferenciados. O objetivo da intervenção estatal por meio da ETJ é disponibilizar aos produtores, cooperativas e empresas agropecuárias taxas de juros que reflitam os custos de produção e comercialização dos produtos agropecuários. (Junior et al., 2019).

2.1 Agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável

Conforme a Lei da Agricultura Familiar criada em 2006, o agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é aquele que trabalha no meio rural, possui uma área de terra de até 4 (quatro) módulos fiscais, usa principalmente a mão de obra de sua própria família nas atividades econômicas em sua propriedade ou negócio, a maior parte da renda familiar provém das atividades econômicas vinculadas ao seu estabelecimento ou negócio. (Brasil, 2006).

A agricultura familiar, por utilizar os recursos naturais e interagir com o meio ambiente, tem o potencial de afetar os agentes naturais e os compartimentos ambientais. Isso pode ocorrer através da dispersão de resíduos físicos e químicos. No entanto, a agricultura também é um importante agente econômico e social, tanto pela produção de alimentos como pela sustentabilidade de muitas famílias que dependem da agricultura familiar (Moura et al., 2021).

A produção de produtos agrícolas ecológicos oferece uma ótima oportunidade para os agricultores familiares, já que valoriza suas vantagens organizacionais. No entanto, é importante lembrar que a produção de produtos orgânicos só se torna viável quando é tratada como uma cadeia da qual participam vários agentes, com motivações diferenciadas, e operando de forma coordenada (Buainain, 2006).

A heterogeneidade tecnológica na agricultura familiar é resultado de diversos fatores e as políticas que visam reduzi-la devem considerar a variedade de tipos de agricultores que a compõem. É fundamental que as políticas de desenvolvimento desse setor levem em conta essas diferenças, como suas condições diferenciadas de acesso à terra, tamanho das propriedades, desempenho econômico, acesso a políticas e integração nos mercados (Souza et al., 2019).

3. CONCLUSÃO

A agricultura familiar é um setor complexo e crucial para o desenvolvimento sustentável do país e, nesse sentido, as políticas públicas emergem como pilares fundamentais para o seu crescimento. Com o passar do tempo, houve um reconhecimento gradual da relevância dos agricultores familiares no contexto político e econômico do Brasil, especialmente a partir do lançamento do PRONAF em 1996, o qual foi seguido pela expansão e retomada de programas de reforma agrária.

A implementação de políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar, especialmente aquelas direcionadas a práticas sustentáveis e agroecológicas, desempenha um papel significativo na melhoria da qualidade alimentar, fortalecendo a segurança alimentar e nutricional. Além disso, esse enfoque se revela como um modelo produtivo que contribui para um desenvolvimento em equilíbrio com a natureza. Iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Lei da Agricultura Familiar representam esforços concretos para aprimorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, estimular a produtividade agrícola e garantir a adoção de práticas que visam a sustentabilidade tanto ambiental quanto socioeconômica.

Investir em políticas públicas que incentivem a agroecologia, a produção sustentável e a diversificação da produção é fundamental para assegurar um futuro mais equitativo, preservar o meio ambiente e garantir alimentos de qualidade para toda a população. A conjugação desses esforços torna-se essencial para garantir não só o desenvolvimento econômico, mas também a sustentabilidade ambiental e social da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANI, I. C.; COUSIN, C. S.; DICKMANN, I. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Ambiente & Educação**, v. 27, n. 1, p. 1-27.

BETARELLI JUNIOR, A. A.; *et al.* CRÉDITO RURAL, TIPOS DE FINANCIAMENTOS E EFEITOS ECONÔMICOS: o caso dos recursos equalizáveis de juros para o investimento e custeio agropecuário no Brasil. **Instituto de Pesquisa Economica Aplicada**, v. 52, n. 1, p. 113-114. 2019.

Brasil. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**: questões para debate. Brasília: Iica, 2006.

Empresa brasileira de pesquisa agropecuária EMBRAPA. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MOURA, D. A.; *et al.* **COLÓQUIO -Revista Do Desenvolvimento Regional** -Faccat -Taquara/RS -v Agricultura Orgânica: Impactos Ambientais, Sociais, Econômicos E Na Saúde Humana. 2022.

NETO, R. C.; *et al.* **Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia?**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SARAIVA, O. N.; BORGES, W. L. Agricultura familiar e políticas públicas: estudo de caso na comunidade vila ressaca da pedreira Macapá. Amapá, Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA**, v. 16, n. 1, 2021.

SOUZA, P. M.; *et al.* Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 594-617, dez. 2019.